qual se extrairá cópia, que será junta ao processo em que os mesmos peçam o levantamento da nota de refractário.

Paços do Governo da República, 19 de Março de 1930.—O Ministro da Marinha, *Luis António de Magalhães Correia*.

a) ...

Tenho sido presente hoje neste (a) ..., o mancebo ..., filho de ... e de ..., recenseado em ... pela freguesia de ..., concelho de ..., o Sr. ... proceda a auto de declarações na presença de duas testemunhas, devendo o referido mancebo ser interrogado sobre os quesitos abaixo descritos.

..., em ... de ... de ...

O ...

Aos ... dias do mês de ... de ..., tendo comparecido perante mim e as testemunhas F. ... e F. ... o mancebo acima mencionado, em cumprimento do determinado na ordem supra, e tendo sido interrogado acerca da falta da sua apresentação em tempo competente, respondeu:

1.º Por que motivo faltou à junta de recrutamento no dia que lhe foi determinado ...;

2.º Por que motivo deixou de efectuar a sua apresentação na unidade activa a que foi destinado na época própria ...;

3.º Se a falta de apresentação foi por motivo de doença ...;

a) De que doença sofreu ...;

b) Desde quando e até quando esteve doente ...;

c) Em que localidade esteve doente ...;

d) Se ia à consulta a casa do médico ou era o médico que o visitava na sua residência ...;

e) Qual a farmácia a que recorreu para aviar o receituário e quantas receitas mandou aviar ...;

4.º Em que data foi à comissão de recenseamento militar buscar a sua guia (modêlo n.º 9) ...

... em ..., de ... de ...

As testemunhas:

F. ...

F. ...

O declarante:

F. ...

O official:

F. ...

(a) Designação da unidade ou estabelecimento militar.

Portaria n.º 6:759

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, que o contra-torpedeiro *Guadiana* seja mandado passar a completo estado de desarmamento.

Paços do Governo da República, 19 de Março de 1930.—O Ministro da Marinha, *Luis António de Magalhães Correia*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos

Direcção dos Serviços Eléctricos

Rectificação ao decreto n.º 18:026, de 22 de Fevereiro de 1930

Na tabela do artigo 4.º, onde se lê: «alinea b) do artigo 99.º» deve ler-se: «alinea d); e no artigo 100.º

— 3 — a rubrica «Reparação de móveis» deve ser corrigida por «Reparação de mobiliário».

Ao artigo 10.º devem ser acrescentadas as seguintes palavras: «que transitou para a Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos».

Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, 14 de Março de 1930.—O Engenheiro Administrador Geral interino, *Leopoldo Marques Poole da Costa*.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Secretaria Geral

Decreto n.º 18:104

A reorganização do Conselho Superior da Instrução Pública, posta em vigor pelo presente decreto, é o indispensável complemento das medidas legislativas anteriormente adoptadas pelo Governo da Ditadura e em virtude das quais foi remodelado o Ministério da Instrução Pública e nele integrados, com as respectivas administrações, os estabelecimentos de ensino industrial, comercial e agrícola, até então adstritos a outros Ministérios.

Conseguiu-se, pela reforma do Ministério da Instrução Pública, adoptar para os respectivos serviços uma organização mais simplificada e normas mais práticas para a execução do expediente administrativo, ao mesmo tempo que, confiando-se as funções dirigentes a professores em comissão e escolhidos pelo Governo, se teve em vista impregnar toda a acção administrativa do critério pedagógico, condição imprescindível para bom êxito neste sector dos serviços públicos.

O regresso dos estabelecimentos de ensino técnico a este Ministério foi determinado pelo intuito, cujo interesse nacional se não contesta, de promover a cooperação e o entendimento de todos os órgãos que têm por objectivo a educação e o ensino.

Reorganizado pois, e ampliado no seu campo de acção pelas disposições legislativas acima referidas, é tempo de prover a que o Ministério da Instrução Pública disponha de todas as condições que lhe permitam ser o instrumento da necessária renovação do ensino público, que a Nação tem o direito de exigir, para o melhor aproveitamento e desenvolvimento das suas actividades individuais.

O Conselho Superior da Instrução Pública, organizado de forma a manter, um contacto constante e directo com a administração e com os estabelecimentos docentes, tem forçosamente de ser o agente principal dessa renovação. É esta ordem de ideias que inspira a presente reforma.

Não pode negar-se o considerável esforço despendido pela nossa geração em favor da expansão do ensino público e do melhoramento das suas condições. Sente-se no entanto que mais proveitosos resultados poderá a Nação recolher do funcionamento dos seus institutos docentes, se à sua organização e à execução dos seus serviços presidir uma orientação que mais directamente se inspire no exame das conveniências e das condições nacionais.

Esse exame se confia ao novo Conselho Superior da Instrução Pública, no seio do qual o Governo promove que colaborem individualidades eminentes em todos os campos da actividade nacional com os representantes de todo o professorado, chamado por este meio a uma cooperação mais próxima na orientação e na administração superiores do ensino.

Aquelas individualidades competirá definir, como o permite a variedade das suas aptidões, os ideais e os interesses nacionais a atender pelas instituições docentes; ao professorado cabe estabelecer as condições de ordem

prática em que, por meio do ensino, aqueles ideais e interesses podem ser satisfeitos.

No novo Conselho, por mercê da remodelação agora adoptada, contarão os Poderes Públicos um órgão activo, de *iniciativa* e não de mera consulta, apto para o constante conhecimento das instituições do ensino, dos seus recursos e das suas insuficiências.

Actuando permanentemente junto da administração e autorizada ao *exame* directo e indirecto do ensino que lhe respeita, pode cada uma das secções do Conselho dar balanço, a todo o instante, ao rendimento pedagógico dos respectivos serviços, inspirar-se nos alvites e sugestões dos que os executam, pôr-se ao facto das condições de êxito ou dos motivos de deficiência, vigiar pela salvaguarda daquelas e prover a que estes se deminuem ou anulem, conceber finalmente a orgânica conducente a resultados mais proveitosos.

Constitui-se pois um organismo habilitado a propor todas as renovações ou remodelações que os interesses nacionais exijam, com as possíveis garantias de proficuidade e de oportunidade.

À comissão central do Conselho, na qual se representam todas as secções, se comete a obrigação de interpor o seu parecer acerca das iniciativas renovadoras das secções, para que da actividade destas não possa porventura resultar a remodelação de qualquer dos graus do ensino em termos que comprometam a harmonia que, a bem do interesse nacional, forçoso é que entre todos elles subsista.

Representam-se no novo Conselho Superior da Instrução Pública todas as corporações docentes, e nem só as que dependem directamente deste Ministério. É assim que continua a reconhecer-se o direito a fazer dele parte, como bem avisadamente se reconhecera em relação ao Conselho agora extinto, um representante do ensino superior colonial. Num país senhor de vastos domínios coloniais, não pode o ensino público deixar de manter estreito contacto com os institutos que visam em especial a preparação para a acção colonizadora.

Também se não quis deixar sem conveniente representação o ensino particular, a cujas iniciativas não deve ser indiferente o Estado, e cujos esforços o interesse da Nação impõe que se harmonizem com os do ensino official.

Tem esta reorganização ainda em vista o objectivo acima exposto, que ditou a passagem das escolas técnicas para este Ministério. Entre elas e as restantes instituições do ensino podem estabelecer-se agora, por intermédio do Conselho, reciprocas relações, íntima influência e estreita cooperação, úteis à melhor economia de umas e de outras.

A fim de assegurar quanto possível o êxito da organização do novo Conselho Superior da Instrução Pública, vai desde já o Governo prover todos os seus vogais. Num curto prazo porém, mais do que suficiente para a experimentação da remodelação presentemente decretada, se renovará pela eleição o organismo agora constituído.

Na convicção portanto de que se dota a administração da educação e do ensino públicos com um órgão proveitosamente orientador, coordenador de esforços e fecundante de novas energias;

Atendendo a que da execução da presente reforma não resulta aumento de encargos para o Estado, pois que se fazem reverter para as dotações do Conselho Superior da Instrução Pública disponibilidades provenientes de órgãos extintos ou cuja extinção agora se decreta;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Ao Conselho Superior da Instrução Pública, organizado nos termos deste decreto, compete:

1.º Orientar, de acôrdo com o Ministro da Instrução Pública, a educação e o ensino, e definir a organização de cada um dos seus graus ou ramos, em conformidade com as condições e as conveniências nacionais;

2.º Cooperar permanentemente com as estações dirigentes da educação e do ensino, velando por que aos regimes de cada um dos seus diversos órgãos seja dada execução em conformidade com os respectivos planos, de maneira a satisfazerem-se as necessidades públicas a que os referidos órgãos correspondem e a colhêr-se da sua existência o maior proveito social.

Art. 2.º Fica extinto o Conselho Superior de Instrução Pública, criado pelo decreto n.º 11:981, de 28 de Julho de 1926, e regulado pelo decreto n.º 12:256, de 3 de Setembro do mesmo ano.

§ 1.º Os processos pendentes no Conselho extinto por este artigo recolhem à Secretaria Geral do Ministério da Instrução Pública, que promoverá a sua distribuição à comissão central ou às secções do novo Conselho, segundo a respectiva natureza e no prazo de quinze dias da instalação de cada um dos referidos organismos.

§ 2.º Os restantes documentos referentes ao Conselho extinto, ou existentes na sua secretaria, são arrecadados pela Secretaria Geral do Ministério da Instrução Pública.

Art. 3.º Ficam extintos o Conselho Superior do Ensino Industrial e Comercial e o Conselho do Ensino Agrícola, que por virtude das disposições do decreto n.º 16:729, de 13 de Abril de 1929, transitaram para o Ministério da Instrução Pública.

§ único. Os arquivos dos Conselhos a que se refere este artigo serão arrecadados pela Direcção Geral do Ensino Técnico.

Art. 4.º É extinta a Comissão de Educação Popular, criada pelo decreto n.º 16:481, de 8 de Fevereiro de 1929.

Art. 5.º E presidente nato do Conselho Superior da Instrução Pública o Ministro da Instrução Pública.

Art. 6.º O vice-presidente é nomeado pelo Governo, devendo a nomeação recair em uma individualidade de reconhecido mérito nas letras, nas sciências ou nas artes.

Art. 7.º São órgãos constitutivos do Conselho Superior da Instrução Pública:

- a) A sua comissão central;
- b) As secções.

Art. 8.º Compete à comissão central:

1.º Pronunciar-se acerca das propostas ou pareceres emitidos pelas secções que envolvam:

- a) Modificação do plano geral da educação e do ensino;
- b) Modificação do regime de qualquer dos graus ou ramos de ensino ou dos respectivos programas;
- c) Modificação das relações entre aqueles graus ou ramos;

d) Criação de novos órgãos ou estabelecimentos de ensino ou alteração da finalidade dos actualmente existentes.

2.º Distribuir para estudo às secções, quando entenda conveniente, os assuntos que respectivamente lhes estejam adstritos.

§ único. As propostas ou pareceres das secções sobre os assuntos referidos neste número são presentes ao Ministro juntamente com os pareceres da comissão central que lhes respeitam.

Art. 9.º Constituem a comissão central:

Como seu presidente, o Ministro da Instrução Pública;

Como seu vice-presidente, o vice-presidente do Conselho;

Vinte e quatro vogais, sendo:

- a) Um representante da Academia das Ciências de Lisboa;
- b) Um representante da Junta de Educação Nacional;
- c) Um representante da Escola Superior Colonial;
- d) Um representante do professorado particular;
- e) Um representante de cada uma das secções;
- f) Catorze nomeados pelo Governo, de entre individualidades de merecimento nas letras, nas sciências, nas artes ou em outros ramos da actividade nacional.

§ 1.º O representante da Academia das Ciências de Lisboa é eleito pela respectiva assemblea geral, em lista simples e de entre os sócios efectivos.

§ 2.º O representante da Junta de Educação Nacional é eleito pela assemblea geral da Junta, em lista simples e de entre os respectivos vogais.

§ 3.º O representante da Escola Superior Colonial é eleito pelo conselho escolar, em lista simples e de entre os respectivos professores efectivos.

§ 4.º O representante do professorado particular é eleito pelos professores do ensino particular, devidamente diplomados, em lista simples e de entre os individuos da mesma categoria com residência em Lisboa.

§ 5.º Os representantes das secções são por elas eleitos de entre os respectivos vogais.

Art. 10.º É secretário da comissão central o chefe da Secretaria Geral, sem voto.

Art. 11.º As secções do Conselho Superior da Instrução Pública são as seguintes:

- a) Do ensino superior;
- b) Do ensino artístico;
- c) Do ensino secundário;
- d) Do ensino técnico;
- e) Do ensino primário e normal;
- f) Da educação física.

§ único. A secção do ensino técnico compreende as seguintes sub-secções:

- a) Do ensino agrícola;
- b) Do ensino industrial;
- c) Do ensino comercial;
- d) Do ensino superior técnico;
- e) Do ensino médio;
- f) Do ensino elementar técnico.

Art. 12.º Compete à secção do ensino superior:

1.º Dar parecer acêrca dos projectos de alterações ao Estatuto Universitário ou aos estatutos orgânicos e regulamentos das Faculdades e escolas universitárias, que para esse efeito lhe sejam submetidos pelo Ministro da Instrução Pública, pela comissão central ou pela Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes;

2.º Estudar e propor quaisquer alterações que entenda convenientes ao Estatuto Universitário ou aos estatutos orgânicos e regulamentos das Faculdades e escolas universitárias;

3.º Promover e realizar inquéritos acêrca das condições do funcionamento e do rendimento do ensino superior;

4.º Tomar conhecimento e apreciar os relatórios anuais dos reitores das Universidades e dos directores das Faculdades e escolas universitárias;

5.º Tomar conhecimento e apreciar os relatórios dos presidentes dos júris dos Exames de Estado;

6.º Tomar conhecimento e apreciar os dados estatísticos referentes ao ensino superior;

7.º Pronunciar-se acêrca de quaisquer dúvidas de interpretação ou omissões das disposições legais ou regulamentares em vigor, as quais lhe sejam expostas pelo Ministro da Instrução Pública ou pela Direcção Geral;

8.º Pronunciar-se nos casos em que a lei admite recurso, para o Ministro da Instrução Pública, das resoluções dos senados universitários;

9.º Pronunciar-se acêrca da equivalência ou equiparação de quaisquer habilitações, adquiridas em Portugal ou no estrangeiro, às que se adquirem nas Universidades da República;

10.º Propor ao Ministro da Instrução Pública tudo quanto houver por conveniente para o progresso e melhor funcionamento do ensino superior.

Art. 13.º Compete à secção do ensino artístico:

1.º Dar parecer acêrca dos projectos de alterações aos regimes orgânicos ou aos regulamentos das Escolas de Belas Artes e Conservatórios, que para esse efeito lhe sejam submetidos pelo Ministro da Instrução Pública, pela comissão central ou pela Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes;

2.º Estudar e propor quaisquer alterações que entenda convenientes aos regimes orgânicos e regulamentos das Escolas de Belas Artes e Conservatórios;

3.º Promover e realizar inquéritos acêrca das condições do funcionamento e do rendimento do ensino artístico;

4.º Tomar conhecimento directo da forma por que se executam os serviços docentes e por que se interpretam os programas de ensino;

5.º Tomar conhecimento e apreciar os relatórios anuais dos directores das Escolas de Belas Artes e dos Conservatórios;

6.º Tomar conhecimento e apreciar os dados estatísticos referentes ao ensino artístico;

7.º Elaborar e propor alterações aos programas de ensino;

8.º Pronunciar-se acêrca de quaisquer dúvidas de interpretação ou omissões nas disposições legais ou regulamentares em vigor, as quais lhe sejam expostas pelo Ministro da Instrução Pública ou pela Direcção Geral;

9.º Pronunciar-se nos casos em que a lei admite recurso, para o Ministro da Instrução Pública, das resoluções dos conselhos escolares;

10.º Apreciar os projectos de regulamentos internos das Escolas de Belas Artes e Conservatórios;

11.º Pronunciar-se acêrca da equivalência ou equiparação de quaisquer habilitações, adquiridas em Portugal ou no estrangeiro, às que se adquirem nas Escolas de Belas Artes e Conservatórios da República;

12.º Propor ao Ministro da Instrução Pública tudo quanto houver por conveniente para o progresso e melhor funcionamento dos serviços docentes no ensino a que respeita.

Art. 14.º Compete à secção do ensino secundário:

1.º Dar parecer acêrca dos projectos de alterações ao regime do ensino secundário ou às disposições regulamentares que lhe respeitam, que para esse efeito lhe sejam submetidos pelo Ministro da Instrução Pública, pela comissão central ou pela Direcção dos Serviços do Ensino Secundário;

2.º Estudar e propor quaisquer alterações que entenda convenientes ao regime do ensino secundário ou às disposições regulamentares que lhe respeitam;

3.º Promover e realizar inquéritos acêrca das condições do funcionamento e do rendimento do ensino secundário;

4.º Tomar conhecimento directo da forma por que se executam os serviços docentes e se interpretam os programas de ensino;

5.º Tomar conhecimento e apreciar os relatórios anuais dos reitores;

6.º Tomar conhecimento e apreciar os relatórios dos presidentes dos júris dos exames;

7.º Tomar conhecimento e apreciar os dados estatísticos referentes ao ensino secundário;

8.º Apreciar as distribuições dos serviços docentes e os horários dos liceus;

9.º Promover a experimentação de métodos de ensino e tomar conhecimento dos respectivos resultados;

10.º Elaborar e propor alterações aos programas de ensino;

11.º Redigir instruções, e propor a sua adopção, tendentes à melhor execução dos programas;

12.º Pronunciar-se acerca de quaisquer dúvidas de interpretação ou omissões das disposições legais ou regulamentares em vigor, as quais lhe sejam expostas pelo Ministro da Instrução Pública ou pela Direcção Geral;

13.º Elaborar os pontos para as provas escritas ou práticas dos exames;

14.º Escolher os livros e compêndios de ensino para adopção oficial;

15.º Pronunciar-se nos casos em que a lei admite recurso, para o Ministro da Instrução Pública, das resoluções dos conselhos escolares;

16.º Apreciar os projectos de regulamentos internos dos liceus;

17.º Pronunciar-se acerca da equivalência ou equiparação de quaisquer habilitações, adquiridas em Portugal ou no estrangeiro, às que se adquirem nos liceus da República;

18.º Pronunciar-se acerca da classificação dos liceus em *nacionais centrais* e *nacionais* e bem assim acerca da fixação das respectivas lotações de frequência e quadros docentes;

19.º Pronunciar-se acerca da localização dos liceus;

20.º Classificar os alunos concorrentes a bolsas de estudo;

21.º Apreciar as petições de isenção de propinas, dirigidas ao Ministro da Instrução Pública;

22.º Apreciar os projectos de estatutos de associações e caixas escolares dos alunos dos liceus;

23.º Tomar conhecimento directo do funcionamento do ensino secundário particular, pronunciar-se sobre a concessão de diplomas de director dos institutos daquele ensino e sobre a autorização para a abertura dos mesmos institutos, emquanto tais funções não forem cometidas a organismo especial;

24.º Propor ao Ministro da Instrução Pública ou à Direcção dos Serviços tudo quanto houver por conveniente para o melhor rendimento pedagógico do ensino secundário e mais completa efectivação do respectivo plano.

§ 1.º Para a revisão de programas, escolha de livros e compêndios de ensino e elaboração de pontos para provas de exames, são agregados à secção cinco professores efectivos dos liceus, designados para esse efeito pelo Ministro.

§ 2.º São indicados pela secção os grupos de entre os quais devem ser nomeados os professores a agregar.

Art. 15.º Compete à secção do ensino técnico ou às suas sub-secções, segundo a natureza especial de cada assunto:

1.º Dar parecer acerca dos projectos de alterações aos regimes orgânicos e regulamentos dos ensinos que lhe estão adstritos, que para esse efeito lhe sejam submetidos pelo Ministro da Instrução Pública, pela comissão central ou pela Direcção Geral do Ensino Técnico;

2.º Estudar e propor quaisquer alterações que entenda convenientes aos regimes orgânicos e regulamentos daqueles ensinos;

3.º Promover e realizar inquéritos acerca das condições de funcionamento e do rendimento do ensino;

4.º Tomar conhecimento directo da forma por que se

executam os serviços docentes e por que se interpretam os programas dos ensinos médios e elementares;

5.º Tomar conhecimento e apreciar os dados estatísticos;

6.º Promover a experimentação de métodos de ensino nos estabelecimentos de ensino médio e elementar e tomar conhecimento dos respectivos resultados;

7.º Estudar e propor alterações dos programas dos ensinos médios e elementares;

8.º Redigir instruções, e propor a sua adopção, tendentes à melhor execução dos programas;

9.º Escolher os livros e compêndios para a adopção nos ensinos médios e elementares;

10.º Pronunciar-se acerca de quaisquer dúvidas na interpretação ou omissões nas disposições legais ou regulamentares em vigor, as quais lhe sejam expostas pelo Ministro da Instrução Pública ou pela Direcção Geral;

11.º Pronunciar-se nos casos em que a lei admite recurso para o Ministro da Instrução Pública das resoluções dos conselhos escolares;

12.º Pronunciar-se acerca da equivalência ou equiparação de quaisquer habilitações, adquiridas em Portugal ou no estrangeiro, às que se adquirem nos estabelecimentos de ensino técnico da República;

13.º Pronunciar-se acerca da localização dos estabelecimentos que lhe estão adstritos;

14.º Apreciar os projectos de estatutos das associações e caixas escolares dos alunos dos estabelecimentos de ensino médio e elementar;

15.º Tomar conhecimento directo do funcionamento do ensino técnico particular;

16.º Propor ao Ministro da Instrução Pública ou à Direcção Geral tudo quanto houver por conveniente para o progresso e melhor rendimento do ensino que lhe está adstrito.

§ 1.º Para a revisão de programas e escolha de livros e compêndios de ensino, são agregados à secção até quatro professores efectivos dos ensinos médios e elementares, nomeados para esse efeito pelo Ministro.

§ 2.º São indicadas pela secção as disciplinas de entre as quais devem ser nomeados os professores a agregar.

Art. 16.º À sub-secção do ensino técnico superior compete em especial tomar conhecimento e apreciar os relatórios anuais dos directores dos estabelecimentos do mesmo ensino.

Art. 17.º À sub-secção do ensino médio compete em especial:

1.º Tomar conhecimento e apreciar os relatórios anuais dos directores dos estabelecimentos daquele ensino;

2.º Apreciar as distribuições do serviço docente e os horários dos mesmos estabelecimentos.

Art. 18.º À sub-secção do ensino técnico elementar compete em especial:

1.º Tomar conhecimento e apreciar os relatórios anuais dos directores dos estabelecimentos daquele ensino;

2.º Apreciar as distribuições do serviço docente e os horários dos mesmos estabelecimentos.

Art. 19.º Compete à secção do ensino primário e normal:

1.º Dar parecer acerca dos projectos de alteração às disposições legais ou regulamentares vigentes naqueles ensinos, que para esse efeito lhe sejam submetidos pelo Ministro da Instrução Pública, pela comissão central ou pela Direcção Geral do Ensino Primário e Normal;

2.º Estudar e propor as alterações que julgue convenientes às disposições legais ou regulamentares por que se regem aqueles ensinos;

3.º Promover e realizar inquéritos acerca das condições do funcionamento e do rendimento dos ensinos primário e normal primário;

4.º Tomar conhecimento e apreciar os dados estatísticos;

5.º Promover a experimentação de métodos pedagógicos e apreciar os respectivos resultados;

6.º Estudar e propor alterações aos programas de ensino;

7.º Redigir instruções, e propor a sua adopção, tendentes à melhor execução dos serviços docentes;

8.º Pronunciar-se acerca de quaisquer dúvidas na interpretação ou omissões nas disposições legais ou regulamentares em vigor, as quais para esse efeito lhe sejam expostas pelo Ministro da Instrução Pública ou pela Direcção Geral;

9.º Elaborar os pontos para as provas escritas dos exames;

10.º Escolher os livros e compêndios de ensino para a adopção oficial;

11.º Pronunciar-se acerca da equivalência ou equiparação de quaisquer habilitações, adquiridas em Portugal ou no estrangeiro, às que se adquirem nas escolas primárias ou normais primárias da República;

12.º Propor ao Ministro da Instrução Pública ou à Direcção Geral tudo quanto houver por conveniente para o melhor rendimento pedagógico dos ensinos que lhe ficam adstritos e em especial para a extinção do analfabetismo.

§ único. Para a revisão de programas e escolha de livros e compêndios de ensino, são agregados à secção dois professores do ensino primário ou normal, segundo o ensino de que se trate.

Art. 20.º Compete à secção de educação física:

1.º Dar parecer acerca dos projectos de alterações das normas legais ou regulamentares por que se rege aquela educação, que para esse efeito lhe sejam submetidos pelo Ministro da Instrução Pública, pela comissão central ou pela Inspeção de Sanidade Escolar e Educação Física;

2.º Estudar e propor quaisquer alterações que entenda convenientes às referidas normas;

3.º Promover e realizar inquéritos acerca das condições do funcionamento e do rendimento dos serviços que lhe estão adstritos;

4.º Promover a experimentação de métodos de educação física;

5.º Estudar e propor alterações dos programas;

6.º Redigir instruções, e propor a sua adopção, tendentes à melhor execução dos serviços;

7.º Pronunciar-se acerca de quaisquer dúvidas na interpretação ou omissões nas disposições legais ou regulamentares em vigor, as quais lhe sejam expostas pelo Ministro da Instrução Pública ou pela Inspeção;

8.º Tomar conhecimento directo da forma por que se ministra a educação física nos estabelecimentos de ensino particular;

9.º Propor ao Ministro da Instrução Pública ou à Inspeção tudo quanto houver por conveniente para o melhor rendimento dos serviços que lhe ficam adstritos.

Art. 21.º Constituem a secção do ensino superior:

a) Como seu presidente, o director geral do ensino superior e das belas artes;

b) Como vogais, os reitores das Universidades.

§ 1.º Fazem também parte da secção como vogais, e nas sessões para que tenham sido expressa e individualmente convocados, os representantes das Faculdades e escolas universitárias.

§ 2.º Cada um dos vogais a que se refere o parágrafo antecedente deve ser convocado para as sessões em cuja ordem do dia esteja inscrito assunto que interesse às Faculdades ou escolas que representa.

§ 3.º Fazem ainda parte da secção como vogais, e nas sessões para que tenham sido expressa e individualmente convocados, os representantes dos estabelecimentos do ensino superior técnico.

§ 4.º Cada um dos vogais a que se refere o parágrafo

antecedente deve ser convocado para as sessões em cuja ordem do dia esteja inscrito assunto que tenha relações com o ensino que representa.

Art. 22.º Constituem a secção do ensino artístico:

a) Como seu presidente, o director geral do ensino superior e das belas artes;

b) Como vogais, os representantes das Escolas de Belas Artes e dos Conservatórios.

Art. 23.º Constituem a secção do ensino secundário:

a) Como seu presidente, o director dos serviços do ensino secundário;

b) Como vogais, os representantes dos liceus.

§ 1.º Faz também parte da secção como vogal, e nas sessões para que tenha sido expressamente convocado, o representante das Escolas Normais Superiores.

§ 2.º O vogal a que se refere o parágrafo antecedente é convocado sempre que o presidente da secção o entenda conveniente pela natureza dos assuntos a tratar.

Art. 24.º Constituem a secção do ensino técnico:

a) Como seu presidente, o director geral do ensino técnico;

b) Como vogais, os representantes dos estabelecimentos de ensino técnico superior, médio e técnico elementar e das associações agrícolas, industriais e comerciais.

§ 1.º Faz também parte desta secção como vogal, e nas sessões para que tenha sido expressamente convocado, o representante da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

§ 2.º O vogal a que se refere o parágrafo antecedente é convocado sempre que o presidente da secção o entenda conveniente pela natureza dos assuntos a tratar.

§ 3.º As sub-secções são constituídas:

a) A do ensino agrícola, pelos representantes dos estabelecimentos de ensino agrícola e de medicina veterinária e da Associação Central da Agricultura Portuguesa;

b) A do ensino industrial, pelos representantes dos estabelecimentos de ensino técnico e da Associação Industrial Portuguesa;

c) A do ensino comercial, pelos representantes dos estabelecimentos de ensino comercial e da Associação Comercial de Lisboa;

d) A do ensino superior técnico, pelos representantes dos estabelecimentos de ensino superior técnico;

e) A do ensino médio, pelos representantes dos estabelecimentos de ensino médio;

f) A do ensino elementar, pelos representantes dos estabelecimentos de ensino elementar técnico.

§ 4.º O director geral do ensino técnico faz parte de todas as sub-secções, como seu presidente.

§ 5.º Podem funcionar em sessão conjunta duas ou mais sub-secções, sempre que o presidente assim o entenda.

Art. 25.º Constituem a secção do ensino primário e normal:

a) Como seu presidente, o director geral do ensino primário e normal;

b) Como vogais, os representantes do ensino primário e das escolas normais primárias.

Art. 26.º Os representantes das Faculdades e escolas universitárias são eleitos:

a) Um pelos professores catedráticos das Faculdades de Letras e de entre os professores de igual categoria da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;

b) Um pelos professores catedráticos das Faculdades de Direito e de entre os professores de igual categoria da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

c) Um pelos professores catedráticos das Faculdades de Medicina e de entre os professores de igual categoria da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa;

d) Um pelos professores catedráticos das Faculdades de Ciências e de entre os professores de igual categoria da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;

e) Um pelos professores catedráticos da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e de entre os professores de igual categoria da mesma Faculdade;

f) Um pelos professores catedráticos das Faculdades de Farmácia e de entre os professores de igual categoria da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa;

g) Um pelos professores das Escolas Normais Superiores e de entre os professores de igual categoria da Escola Normal Superior da Universidade de Lisboa.

Art. 27.º Os representantes das Escolas de Belas Artes e dos Conservatórios são eleitos:

a) Um pelos professores efectivos das Escolas de Belas Artes e de entre os professores de igual categoria da Escola de Belas Artes de Lisboa;

b) Um pelos professores efectivos dos Conservatórios Nacional de Música de Lisboa, Nacional de Teatro e de Música do Porto, de entre os professores efectivos dos Conservatórios Nacional de Música de Lisboa ou Nacional de Teatro.

Art. 28.º Os representantes dos liceus são eleitos:

a) Um pelos professores efectivos dos grupos 1.º, 2.º ou 3.º dos liceus do continente e ilhas e de entre os professores de igual categoria e de qualquer dos referidos grupos dos liceus de Lisboa;

b) Um pelos professores efectivos dos grupos 4.º ou 5.º dos liceus do continente e ilhas e de entre os professores de igual categoria e de qualquer dos referidos grupos dos liceus de Lisboa;

c) Um pelos professores efectivos dos grupos 6.º ou 7.º dos liceus do continente e ilhas e de entre os professores de igual categoria e de qualquer dos referidos grupos dos liceus de Lisboa;

d) Um pelos professores efectivos dos grupos 8.º ou 9.º dos liceus do continente e ilhas e de entre os professores de igual categoria e de qualquer dos referidos grupos dos liceus de Lisboa.

Art. 29.º Os representantes dos estabelecimentos de ensino técnico são eleitos:

a) Um pelos professores do Instituto Superior de Agronomia e outro pelos da Escola Superior de Medicina Veterinária e de entre os respectivos professores;

b) Um pelos professores do Instituto Superior Técnico e de entre os professores do mesmo estabelecimento;

c) Um pelos professores dos Institutos Superiores do Comércio de Lisboa e do Porto, de entre os professores do Instituto Superior do Comércio de Lisboa;

d) Um pelos professores do ensino médio agrícola e de entre os professores do mesmo ensino;

e) Um pelos professores do ensino médio industrial e de entre os professores do Instituto Industrial de Lisboa;

f) Um pelos professores do ensino médio comercial e de entre os professores do Instituto Comercial de Lisboa;

g) Um pelos professores efectivos do ensino elementar agrícola e de entre os professores de igual categoria do mesmo ensino;

h) Um pelos professores efectivos do ensino elementar industrial e de entre os professores de igual categoria das escolas de ensino elementar industrial de Lisboa;

i) Um pelos professores efectivos do ensino elementar comercial e de entre os professores de igual categoria das escolas de ensino elementar comercial de Lisboa.

Art. 30.º Os representantes das associações agrícola, industrial e comercial são eleitos:

a) O da Associação Central de Agricultura Portuguesa, pela respectiva assemblea geral em lista simples e de entre os sócios efectivos;

b) O da Associação Industrial Portuguesa, pela respectiva assemblea geral em lista simples e de entre os sócios efectivos;

c) O da Associação Comercial de Lisboa, pela respectiva assemblea geral em lista simples e de entre os sócios efectivos.

Art. 31.º O representante das escolas normais primárias é eleito pelos professores efectivos das mesmas escolas e de entre os professores de igual categoria da Escola Normal Primária de Lisboa.

Art. 32.º O representante do ensino primário é eleito pelos professores efectivos do ensino primário elementar, infantil e móvel e de entre os professores de ensino elementar ou infantil das escolas da cidade de Lisboa.

Art. 33.º O representante dos médicos escolares é por eles eleito de entre os funcionários de igual categoria dos quadros da cidade de Lisboa.

Art. 34.º O representante dos professores de educação física é por eles eleito e de entre os professores de igual categoria dos quadros da cidade de Lisboa.

Art. 35.º As eleições referidas nos artigos 26.º, 27.º, 28.º, 29.º, 31.º, 32.º e 33.º são realizadas em lista triplíce, cabendo ao Ministro da Instrução Pública a escolha, de entre os eleitos e para cada representação, de um vogal efectivo e um substituto.

Art. 36.º É de três anos o período de exercício do vogal do Conselho Superior da Instrução Pública.

§ 1.º São porém reconduzidos para novo triénio os vogais que para esse efeito ficarem sorteados, os que foram reeleitos e aqueles sobre quem recaía nova nomeação do Governo.

§ 2.º O sorteio referido no parágrafo antecedente efectua-se no decorrer do último ano de um triénio e diz respeito a metade do número total dos vogais do Conselho.

§ 3.º Para as vagas dos vogais não sorteados proceder-se há a eleição ou à nomeação, nos termos respectivamente estabelecidos por este decreto e segundo a proveniência do vogal a que se refere cada vacatura.

§ 4.º Não pode recair no mesmo indivíduo mais de uma recondução em triénios seguidos, tanto por sorteio como por eleição ou nova nomeação.

§ 5.º As disposições do parágrafo antecedente são igualmente applicáveis aos vogais substitutos.

§ 6.º O sorteio a que fazem referência os §§ 1.º e 2.º deixará de se realizar, em virtude da applicação das disposições do § 4.º

Art. 37.º Cada vogal substituto deverá ser chamado à effectividade sempre que se dê impedimento legal e prolongado do efectivo que seja titular da mesma representação.

Art. 38.º Cada ano de trabalhos inicia-se em 1 de Outubro e termina em 30 de Setembro.

Art. 39.º As convocações para as sessões da comissão central são determinadas pelo vice-presidente do Conselho.

Art. 40.º As convocações para as sessões das secções competem aos respectivos presidentes.

Art. 41.º Nos impedimentos legais dos funcionários a quem, nos termos deste decreto, compete secretariar as sessões da comissão central ou residir às sessões das secções ou sub-secções, devem tais funções ser desempenhadas pelos seus substitutos legais.

Art. 42.º Cada uma das secções ou sub-secções terá um secretário, devendo esta função recair no vogal mais moderno na effectividade do serviço.

§ único. Sempre que da secção ou secções façam parte professores do ensino elementar, recaia a função de secretário no mais moderno de entre estes.

Art. 43.º Os presidentes das secções podem assistir às sessões da comissão central e intervir em todas as discussões, mas não votam nas referidas sessões.

Art. 44.º Sempre que a comissão central, as secções ou as sub-secções o entendam, podem assistir a determinadas sessões, ou a parte delas, os reitores ou directores de estabelecimentos de ensino a cujo grau ou ramo respeitem os assuntos marcados para ordem do dia, mediante convocação dos presidentes.

§ único. Os reitores ou directores de estabelecimentos

de ensino, quando convocados nos termos d'este artigo, podem intervir nas discussões que respeitam ao ensino que lhes estiver adstrito, mas não têm direito de voto.

Art. 45.º Todos os assuntos de natureza administrativa a apresentar às secções ou sub-secções devem ser acompanhados das convenientes informações das repartições respectivas.

Art. 46.º É permitido às secções delegar em professores do respectivo grau de ensino, ou de outro de grau superior, a observação directa da forma por que se executam os serviços docentes.

§ único. As resoluções a que se refere o presente artigo são presentes a despacho do Ministro da Instrução Pública, sob a forma de propostas, com indicação nominal, para cada caso, do professor ou professores, e do estabelecimento ou estabelecimentos a que elle respeita.

Art. 47.º É permitido aos vogais representantes de estabelecimentos de ensino dirigir individualmente questionários aos conselhos escolares ou aos professores dos estabelecimentos que representam, ou realizar inquéritos, por intermédio dos mesmos professores, sobre determinados assuntos de interesse docente.

§ único. O disposto no presente artigo é applicável ao representante médico escolar e em relação aos médicos escolares de todos os estabelecimentos de ensino.

Art. 48.º Dos pareceres das secções em matéria de escolha de livros e compêndios de ensino, e bem assim de qualquer das suas resoluções que dê lugar a lesão de direitos, há recurso para o Ministro de Instrução Pública, ouvida a comissão central.

Art. 49.º Todos os assuntos votados pela comissão central, ou a ela referentes, são sujeitos a despacho do Ministro, quando pela sua natureza o requeiram, pelo vice-presidente do Conselho.

Art. 50.º Todas as resoluções das secções ou sub-secções, que nos termos d'este decreto não careçam do parecer da comissão central, são sujeitas a despacho do Ministro, quando pela sua natureza o requeiram, pelos respectivos presidentes.

Art. 51.º É permitida a realização de sessões mixtas de duas secções, quando assim fôr julgado conveniente para a discussão de assuntos de interesse comum.

Art. 52.º Compete aos seguintes organismos a execução do expediente do Conselho Superior da Instrução Pública:

- a) A Secretaria Geral, o da comissão central;
- b) A Repartição do Ensino Superior e das Belas Artes, o das secções do ensino superior e do ensino artístico;
- c) A Repartição do Ensino Secundário, o da secção do ensino secundário;
- d) As repartições que para esse efeito foram designadas pelo director geral do ensino técnico, o da secção do ensino técnico e das suas sub-secções;
- e) A Repartição Pedagógica da Direcção Geral do Ensino Primário e Normal, o da secção do ensino primário e normal;
- f) A Inspeção de Sanidade Escolar e Educação Física, o da secção de educação física.

Art. 53.º O Conselho Superior da Instrução Pública é considerado conselho consultivo, para os efeitos estabelecidos pelo § 1.º do artigo 16.º do decreto n.º 15:538, de 1 de Junho de 1928.

Art. 54.º São applicáveis ao exercício de qualquer função no Conselho Superior da Instrução Pública as disposições do artigo 1.º do decreto n.º 16:563, de 5 de Março de 1929.

Art. 55.º Ao vice-presidente e vogais da comissão central e aos presidentes e vogais das secções e sub-secções é abonada, por cada sessão da referida comissão e das secções ou das sub-secções, a gratificação de 50\$, isenta

de qualquer dedução e acumulável com quaisquer vencimentos ou gratificações.

§ único. O abono determinado pelo presente artigo tem, em cada ano económico e para cada um dos individuos a que elle respeita, o limite máximo de trinta sessões da comissão central e sessenta de secções ou sub-secções.

Art. 56.º O disposto no artigo antecedente aproveita igualmente aos professores que sejam agregados às secções ou sub-secções nos termos dos artigos 14.º, 18.º e 19.º e somente pelas sessões em que tomarem parte para os efeitos que determinam as agregações e que constam dos referidos artigos.

Art. 57.º Aos vogais da comissão central ou das secções que têm residência official fora de Lisboa são abonadas despesas de transporte e ajudas de custo quando por motivo de sessões daquela comissão ou secções se ausentem da sua residência.

Art. 58.º É applicável a todos os membros do Conselho, quando deslocados das suas residências officiais por motivo de serviço, o disposto na tabela anexa ao decreto n.º 9:799, de 14 de Junho de 1924, referente a vogais do antigo Conselho Superior de Instrução Pública.

Art. 59.º Será marcado no final de cada ano de trabalhos o dia de semana em que deverão realizar-se as sessões da comissão central e das secções ou sub-secções no ano seguinte, devendo harmonizar-se com o serviço do Conselho os horários dos professores que fazem parte de qualquer dos seus organismos.

Art. 60.º Não são contadas para efeito algum as faltas ao serviço que, por motivo de trabalhos do Conselho, forem dadas pelos professores que fazem parte de qualquer dos seus organismos, ou agregados a qualquer d'elles, fora dos dias designados nos termos do artigo antecedente.

Art. 61.º Ao chefe da Secretaria Geral é attribuída, na qualidade de secretário da comissão central, a gratificação mensal de 120\$, isenta de qualquer dedução e acumulável com quaisquer vencimentos ou gratificações.

Art. 62.º Os encargos respeitantes a despesas de material, pagamento de serviços e diversos, provenientes do funcionamento das secções, serão descritos em futuros orçamentos nos capítulos concernentes aos serviços a que cada uma das secções respeita.

Art. 63.º Continua dependente de parecer favorável do Conselho Superior da Instrução Pública a applicação das penas de suspensão, transferência ou demissão a professores de qualquer grau de ensino, por motivo de infracções ou delitos cometidos no exercício das suas funções.

§ único. O parecer a que se refere o presente artigo é da competência da comissão central.

Art. 64.º Para a perfeita execução do presente decreto publicará o Governo os regulamentos necessários, entendendo-se que devem ser pelo menos elaborados:

- a) O das eleições dos representantes dos estabelecimentos de ensino;
- b) O da comissão central;
- c) O de cada uma das secções e das sub-secções.

§ único. Os regulamentos referidos nas alíneas b) e c) serão elaborados pelos organismos a que respeitam e submetidos ao Ministro da Instrução Pública, sob a forma de projectos, no prazo de noventa dias a partir da constituição dos mesmos organismos.

Art. 65.º Para o primeiro Conselho Superior da Instrução Pública são nomeados pelo Governo todos os vogais, incluindo os de eleição.

§ único. A renovação determinada por este artigo respeita a todos os vogais, com exclusão dos nomeados nos termos da alínea f) do artigo 9.º

Art. 66.º O Conselho nomeado nos termos do artigo antecedente inicia o seu exercício logo depois de insta-

lado e termina-o em 30 de Setembro de 1932, não sofrendo qualquer renovação.

§ único. As vagas que ocorrerem durante o exercício determinado por este artigo serão providas por nomeação ou eleição, segundo a proveniência do vogal a que se refere cada vacatura.

Art. 67.º O exercício da função de vogal no Conselho nomeado nos termos do artigo 65.º não conta para a restrição imposta pelo § 4.º do artigo 36.º

Art. 68.º Não têm execução nos exames da próxima época as disposições contidas neste decreto e pelas quais se atribui a determinadas secções a competência para pontos para provas de exames.

Art. 69.º Os vogais da comissão nomeada, por portarias de 25 de Janeiro e 13 e 28 de Fevereiro de 1930, para proceder à revisão dos programas do ensino secundário, e que não façam parte da secção de ensino secundário do novo Conselho Superior da Instrução Pública, ficam todos a ela agregados para os efeitos estabelecidos pelo § 1.º do artigo 14.º e com todos os direitos que neste decreto se definem para os professores assim agregados.

Art. 70.º Para a satisfação dos encargos provenientes da execução deste decreto no ano económico corrente são utilizadas as disponibilidades das dotações inscritas no orçamento do Ministério da Instrução Pública com destino ao Conselho Superior de Instrução Pública, que fica extinto, as quais serão reforçadas, se tanto fôr necessário, por transferência das disponibilidades das dotações respeitantes à extinta Comissão Orientadora do Ensino Secundário e à Comissão de Educação Popular, extinta por este decreto.

Art. 71.º O presente decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 19 de Março de 1930.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira*—*António Lopes Mateus*—*Luis Maria Lopes da Fonseca*—*António de Oliveira Salazar*—*João Namorado de Aguiar*—*Luis António de Magalhães Correia*—*Fernando Augusto Branco*—*João Antunes Guimarães*—*Gustavo Cordeiro Ramos*—*Henrique Linhares de Lima*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

12.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 18:105

Tornando-se necessário a inscrição de verba no orçamento do Ministério da Agricultura para o actual ano económico de 1929-1930 a fim de ocorrer ao pagamento da gratificação mensal de 600\$, a que se refere o decreto n.º 12:739, de 27 de Novembro de 1926, ao engenheiro agrónomo assistente da Colónia dos Milagres, que reside na mesma, e o reforço de várias verbas do mesmo orçamento, consignadas aos «Serviços de Baldios e Incultos»;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto

n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º No orçamento do Ministério da Agricultura em vigor no actual ano económico de 1929-1930 é inscrita a quantia de 6.000\$, no capítulo 3.º «Direcção Geral do Fomento Agrícola» — «Serviços de Baldios e Incultos», artigo 55.º-A, «Remunerações accidentais» n.º 1) sob a rubrica «Gratificações aos engenheiros agrónomos das colónias agrícolas, com residência efectiva nas mesmas», e são reforçadas com as quantias de 6.000\$, 5.000\$ e 3.000\$ as verbas inscritas no mesmo capítulo, respectivamente, no artigo 56.º «Outras despesas com o pessoal» n.º 1) «Ajudas de custo» e n.º 2) «Subsídios de marcha» e o artigo 62.º, «Despesas de comunicações», n.º 3) «Transportes», anulando-se concorrentemente a quantia de 20.000\$ na verba de 621.288\$ inscrita no citado capítulo 3.º, artigo 19.º, «Remunerações certas ao pessoal em exercício» n.º 1) sob a rubrica «Pessoal dos quadros aprovados por lei».

Art. 2.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 19 de Março de 1930.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira*—*António Lopes Mateus*—*Luis Maria Lopes da Fonseca*—*António de Oliveira Salazar*—*João Namorado de Aguiar*—*Luis António de Magalhães Correia*—*Fernando Augusto Branco*—*João Antunes Guimarães*—*Gustavo Cordeiro Ramos*—*Henrique Linhares de Lima*.

Decreto n.º 18:106

Tornando-se necessário para o bom desempenho dos serviços reforçar várias verbas inscritas no orçamento do Ministério da Agricultura para o actual ano económico de 1929-1930, consignadas à Bólsa Agrícola;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º No orçamento do Ministério da Agricultura em vigor no corrente ano económico de 1929-1930 são reforçadas as verbas inscritas no capítulo 6.º «Bólsa Agrícola» constantes do mapa n.º 1 anexo a este decreto e que dele faz parte integrante, com as importâncias no mesmo mapa mencionadas na soma de 50.790\$, anulando-se no mesmo capítulo concorrente quantia, em harmonia com o mapa n.º 2 também anexo a este decreto e dele fazendo igualmente parte integrante.

Art. 2.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da